PSDB quer limite para as emendas

Orçamento
Schêila Bernadete

13 NOV 1991

JORNAL DE BRASÍLIA

O limite em 30 emendas para cada parlamentar e a redução do número de membros e relatores parciais é a proposta do PSDB para modificar a estrutura da Comissão Mista de Orçamento, na tentativa de tornar mais transparente os gastos públicos. "A hora é esta e temos certeza que se a Casa quiser pode agilizar o processo para ser implantado ainda este ano", anunciou o líder em exercício do partido, deputado Paulo Hartung. Ele argumenta que a desorganização serve à manipulações e o momento atual do Legislativo não permite omissões.

O Projeto de Resolução levado, ontem, à Mesa do Congresso, além

de restringir o número de apresentação de emendas, diminui de 67 para 20 os relatores parciais e estabelece em 60 a composição parlamentar: 45 deputados e 15 senadores. Hartung explicou que, independente dos problemas operacionais e de custos, a limitação das emendas evitará a manipulação. "Este é o maior instrumento para isto, já que o parlamentar acaba votando no escuro: na última hora o relator grita um número e, devido à pressa, ninguém tem tempo de procurar a indicação, entre o registro de 71 mil emendas, por exemplo".

O líder tucano também acha essencial a redução do número de membros da Comissão Mista para que não aconteça a dominação de um pequeno grupo — como o dos se-

te anões — para legislar em causa própria. "A frequência de alguns parlamentares tem deixado a desejar, justificando, até mesmo, o desligamento dos mesmos". Hartung não esqueceu as penalidades para os faltosos, em seu projeto: quem deixar de comparecer às reuniões deliberativas por três vezes consecutivas, sem justificar, ou seis, mesmo explicando as faltas, será afastado da Comissão.

Balizamento técnico

Outro aspecto ressaltado pelo deputado são os critérios que deverão ser estudados para o repasse de recursos aos estados e municípios. "É preciso estabelecer um balizamento técnico para as decisões políticas". O projeto não é omissivo nesta questão, mas Hartung acredita que reativando o acesso aos

gastos do Executivo, através da Comissão de fiscalização e controle, as regras vão transparecer naturalmente.

A proposta dos tucanos já tem discordâncias entre alguns líderes na Câmara. O deputado Gérson Peres, líder em exercício do PDS, afirmou ser radicalmente contra limitar o número de apresentação de emendas para cada parlamentar. "É antidemocrático e inconstitucional", disse Peres, ressaltando a prerrogativa do Legislativo em modificar o Orçamento. "O aumento do número de membros na atual legislatura foi uma tentativa de democratização. Mas estamos abertos a uma rediscussão dos métodos", revelou, por sua vez, o vice-líder do PMDB, deputado Germano Rigotto.